

1. Diário de Notícias, 25-06-2009, "Não aumentarei os impostos"	1
2. Jornal de Notícias, 25-06-2009, Clientes do BPN protestam em Fafe	3
3. Jornal de Negócios, 25-06-2009, "Qimonda foi um exemplo de má actuação desde o princípio" - entrevista a Ferraz da Costa	4
4. Público - Inimigo Público, 25-06-2009, Nuno Melo denuncia 700 eurodeputados que não sabem o que é o BPN	6
5. Diário de Notícias, 25-06-2009, Editorial - A entrevista de Manuel Ferreira Leite	7
6. Diário Económico, 25-06-2009, Ferreira Leite promete não aumentar impostos	8
7. 24 Horas, 25-06-2009, Berardo salta em defesa de Constâncio	10
8. Sábado, 25-06-2009, Sobe & desce	11
9. Correio da Manhã, 25-06-2009, "Não aumentarei com certeza os impostos"	12
10. Jornal de Negócios, 25-06-2009, SJN jValor quer resolver reembolso até sexta-feira	14
11. Jornal de Negócios, 25-06-2009, Supervisor devia ter experiência na concessão e recuperação de crédito	15



Manuela Ferreira Leite foi ontem entrevistada por Ana Lourenço

“Não aumentarei os impostos”

Entrevista. À SIC Notícias, a líder social-democrata diz que cabe aos portugueses dizer se querem manter José Sócrates no poder ou confiá-lo ao PSD

PAULA SÁ

A líder do PSD fez ontem a primeira promessa aos portugueses se ganhar as eleições e formar governo: “Não aumentarei os impostos!” Manuela Ferreira Leite já tinha garantido na entrevista à SIC Notícias que nada dirá ao País que não possa cumprir: “É necessário crescer, enriquecer e as empresas desenvolverem-se”, justificou a líder laranja.

Ferreira Leite aproveitou para responder às acusações que o primeiro-ministro fez ao Executivo de Durão Barroso, de que fez parte como ministra das Finanças, de que teria herdado um País prisioneiro de um enorme défice público. A líder social-democrata sublinhou que esse problema foi gerado no Governo socialista de António Guterres. E os “sacrifícios” que ela própria pediu aos portugueses para controlar – tendo admitido que não o conseguiu resolver – foram impostos pela União Europeia, que ameaçava cortar os fundos comunitários ao País.

Num ataque constante, embora sem agressividade, ao líder do Governo, Ferreira Leite lembrou a recente entrevista de José Sócrates também à SIC Notícias: “O que me preocupa é como o primeiro-ministro não pronunciou uma única vez a palavra que define o problema do País: endividamento.” E voltou à mesma ideia durante as respostas à jornalista Ana Lourenço: “O primeiro-ministro não sussurrou a palavra endividamento uma única vez.”

Manuela Ferreira Leite reiterou que o Governo está a combater a crise de forma errada ao apostar nos grandes investimentos públicos, em particular no projecto de alta velocidade (TGV). “Se o País não estivesse endividado... não

sou maluquinha contra os comboios”, argumentou. “O TGV não cria emprego, as estradas não criam emprego”, garantiu a líder social-democrata, acusando o primeiro-ministro de arrastar Portugal para o “empobrecimento irremediável” caso persista neste rumo. E remetendo para o apelo público lançado pelos economistas contra as grandes obras, frisou: “Não existe um único economista credível que não partilhe desta opinião. O primeiro-ministro está sozinho.”

O rumo que pretende traçar no programa de governo do PSD, e que será divulgado no final de Julho, é o de uma aposta forte no apoio às pequenas e médias empresas e no reforço do apoio social



O primeiro-ministro não sussurrou a palavra endividamento uma única vez

Manuela Ferreira Leite
Líder do PSD

às famílias. Medidas como a recuperação do património e do parque escolar são aquelas que disse geradoras de emprego.

Ferreira Leite criticou ainda o processo de nacionalização do BPN e mostrou-se favorável à venda do banco. Elogiou a comissão de inquérito parlamentar ao caso e concluiu que “a imagem do Banco de Portugal” e do seu governador Vítor Constâncio “saíram afectadas”. Quando questionada sobre Dias Loureiro neste processo, a antiga companheira dos governos de Cavaco Silva e até do Conselho

de Estado preferiu “não fazer juízos de valor sobre as pessoas”.

Já o imbróglio do BPP mereceu-lhe as “maiores preocupações” porque envolve as poupanças de portugueses entregues a um sistema bancário que deveria ser de confiança. Neste ponto, Manuela Ferreira Leite garantiu que se fosse ministra das Finanças, ao invés do que aconteceu com Teixeira dos Santos, não ficaria oito meses calada perante um problema gravíssimo e enquanto as contas estavam congeladas. “O ministro das Finanças falhou rotundamente!”

Voltou à carga contra Sócrates ao acusá-lo de faltar à verdade ao dizer que desconhece a intenção da PT em adquirir 30% da Media Capital, proprietária da TVI. E se o negócio se concretizar e com ele a substituição do director-geral do canal de televisão, José Eduardo Moriz, então, disse a líder laranja, “é gato escondido com o corpo de fora”. Uma eventual ingerência na linha editorial do canal mais agressivo para o Governo e o primeiro-ministro foi considerada por Ferreira Leite como “escandalosa” e “gravíssima para a democracia”.

A presidente do PSD voltou a dizer que não vai pedir a maioria absoluta aos portugueses que apenas têm de escolher se querem manter Sócrates no poder. “Se não quiserem é melhor não dispersarem os votos.” Recusou-se a falar de cenários pós-eleitorais, incluindo alianças com o CDS.

Disse claramente que os “barões” e “baronetes” do PSD não podem ser “menosprezados” e garantiu que o partido está unido para o combate eleitoral. Quanto a Pedro Passos Coelho ser candidato a deputado, colocou-o como hipótese: “Com certeza que daria um bom deputado.”



João Lopes

A dança dos clichés

O cliché mediático de Manuela Ferreira Leite é sombrio: faltar-lhe-ia empenhamento e convicção. É, aliás, desse modo que Bruno Nogueira a tem representado, na série *Os Contemporâneos*, em magníficos sketches que recuperam o valor dramático do absurdo. Perversamente, o cliché pode trazer-lhe alguns dividendos. Isto porque o seu discurso sobre a economia (elegendo a palavra “endividamento” como tabu de José Sócrates) se distingue por uma fluência rara nos nossos políticos. Mas essa é também uma postura que a pode encerrar num outro cliché, de imprevisíveis consequências eleitorais: a especialista que não se exprime para além do seu domínio específico. Daí as negativas que pontuaram a entrevista, incluindo a recusa de falar sobre “candidatos a deputados” ou fazer “juízos de valor sobre as pessoas”. Aliás, uma dessas negativas foi cruelmente desastrosa: como é possível que se trace um quadro devastador do país e da governação, remetendo para um futuro mais ou menos próximo um programa (“não deixaremos de o apresentar”) de medidas alternativas. Será preciso esperar pelo apocalipse? O saldo é paradoxal: por um lado, eis uma presença televisiva que tem o efeito salutar de contrariar a retórica dominante na cena política; por outro lado, eis também uma líder que parece desligada dos confrontos que a própria política impõe. Lapso esclarecedor: para sustentar a sua visão do TGV, Manuela Ferreira Leite disse que “não existe um único economista” que diga o contrário daquilo que ela diz. ■

Crítico



Nuno Saraiva

A verdade segundo Manuela

Manuela Ferreira Leite tem, no País, uma imagem de seriedade e credibilidade que lhe tem assentado que nem uma luva. Foi, aliás, essa imagem que a conduziu à liderança do PSD e à vitória nas últimas eleições europeias. Não surpreendeu por isso a escolha da palavra “verdade”, como conceito-chave de campanha para o ciclo eleitoral que vivemos. Mas o que é a verdade? É a transmissão de uma ideia com rigor e exactidão. A verdade nem sempre é lucrativa em termos eleitorais. E Manuela Ferreira Leite sabe-o. Talvez por isso tenha “escorregado”, mais vezes do que o desejável, na entrevista de ontem da SIC. Não é verdade que o acordo assinado entre Portugal e Espanha em 2003, na cimeira da Figueira da Foz, fosse uma mera declaração de intenções como insinuou a presidente do PSD. O que ficou estabelecido, e Ferreira Leite assinou esse “tratado”, foi a construção de cinco linhas de alta velocidade. Não é verdade, por exemplo, que os grandes investimentos públicos – TGV, auto-estradas e aeroporto – não sejam geradores de emprego. E como economista, Ferreira Leite sabe que as pequenas e médias empresas sobrevivem, ainda mais em tempos de crise, graças aos serviços que prestam às grandes empresas. Não é verdade que o PSD não conheça os estudos efectuados sobre as grandes obras públicas. Muitos deles vêm do tempo em que o PSD estava no poder. E, sobretudo, Manuela não se pode comprometer a não aumentar impostos, não sabendo, como ela própria reconhece, o que irá encontrar se chegar a primeira-ministra. ■

Jornalista



POLÍTICA, pág. 9



Ferreira Leite: “Se Moniz sair da TVI será escandaloso”

Em entrevista à SIC, líder do PSD disse que Governo tinha de saber do negócio da PT

A news snippet featuring a portrait of Ferreira Leite on the left. To the right, the text reads: 'POLÍTICA, pág. 9', followed by the headline 'Ferreira Leite: “Se Moniz sair da TVI será escandaloso”' and a sub-headline 'Em entrevista à SIC, líder do PSD disse que Governo tinha de saber do negócio da PT'.



OBRIGAÇÕES

**Clientes do BPN
protestam
em Fafe**

→ Dezenas de clientes do balcão de Fafe do BPN estão a dirigir-se à instituição por não saberem o que é feito do dinheiro que depositaram e que foi aplicado em obrigações da Sociedade Lusa de Negócios (SLN).

“Algumas venceram na sexta-feira, dia 19, e nós dirigimo-nos ao banco onde nos garantiram que naquele dia o dinheiro estaria disponível. Até hoje nada”, contou ao JN um dos clientes que se diz burlado pelo anterior gerente da agência que há alguns meses se encontra fugido do país.

Segundo estes clientes no dia 19 venceram 18 obrigações naquele balcão mas só três desses clientes tinham contratos assinados e sabiam onde estavam a aplicar o dinheiro. “Depositei 95 mil euros e agora aparecem-me só 45? E o resto? Aplicaram-me 50 mil na SLN que agora não aparece”, queixa-se um dos lesados.

Este grupo de clientes está por todos os meios a tentar reaver o dinheiro economizado numa vida de trabalho e garante ter papéis assinados pelo ex-gerente onde consta que o depósito é de capital garantido e de, “nos dossiers de cliente não constarem nenhuns documentos a autorizar as aplicações”.

O anterior gerente tinha como modus operandi telefonar aos clientes que tinham quantias superiores a 50 mil euros “e dizia que eram aplicações de meio em meio ano”.

“Quando fui a saber tinha aplicações até 2013, 14 e 15. Se eu soubesse nunca aceitaria”, contou outro cliente. Há, inclusive, clientes do BPN de Fafe que pensam ter obrigações com prazos de meio ano mas que na realidade são perpétuas. “O actual gerente diz que tudo se vai resolver e que nós temos razão mas o que é certo é que não se faz nada e da sede do banco apenas dizem que os pagamentos estão suspensos”, dizem. Para segunda-feira às 9:00 horas está agendada uma manifestação para a porta da agência e o grupo de Fafe quer que outros clientes lesados por todo o país se possam juntar a esta luta. **CARLOS RUI ABREU**



ID: 25678326

25-06-2009

PEDRO FERRAZ DA COSTA

“Qimonda foi um exemplo de má actuação desde o princípio”



Miguel Balfazar

Pedro Ferraz da Costa | O presidente do Fórum para a Competitividade diz que o Governo contribuiu para a situação no BPP por ter sido pouco claro.

Exportadoras desvalorizam plano anticrise

O Fórum para a Competitividade apresenta hoje um estudo sobre o impacto das medidas anticrise nas empresas exportadoras. Pedro Ferraz da Costa adianta que o trabalho resulta de um acordo com a Associação Industrial Portuguesa e chegou à conclusão de que “54% das empresas acham que as medidas anticrise não têm importância ou são pouco importantes e 46% é que as acham importantes ou muito importantes. 84% conhecem-nas, ou seja, há um grau de informação elevado”, afirma o responsável, que explica que as preocupações das exportadoras passam sobretudo pela concorrência a fixação de preços. “60% acham que as exportações vão ser piores em 2009 do que foram em 2008”, conclui Ferraz da Costa.

Ferraz da Costa diz que não há confiança nos trabalhadores e empresas

ALEXANDRA NORONHA

anoronha@negocios.pt

O presidente do Fórum para a Competitividade é muito crítico das medidas de apoio às empresas e das Obras Públicas. Para o presidente do Fórum para a Competitividade, o mais importante é mudar a atitude face ao trabalho.

Acha que o plano anticrise está bem desenhado?

As medidas governamentais em Portugal, e na maior parte dos países que as tomaram com este tipo de intensidade, não são mais do que medidas conjunturais para fazer uma sustentação da procura interna. Se nós não conseguimos assegurar emprego, também não conseguimos assegurar rendimento. Há grandes dúvidas porque houve, na nossa opinião, um condicionamento de alguns apoios ao compromisso de manter postos de trabalho por um tempo relativamente longo.

O Governo devia deixar cair algumas empresas?

Não sei se devia deixar cair, mas acho que devia era deixá-las adaptar-se às actuais condições. Não se acredita que a empresa e a sua comissão de trabalhadores possam chegar a uma solução. E o Governo,

às vezes para mostrar serviço, assume imediatamente que ele é que vai resolver o problema, por exemplo, da Qimonda. Não vai resolver coisa nenhuma, vai é lá pôr dinheiro dos contribuintes. Acho estranho como é que um projecto na área dos solares, que ainda nem sequer tinha arrancado e tinha quatro ou seis pessoas a trabalhar, agora já vale 150 milhões de euros e tem futuro.

Na sua opinião, o caso da Qimonda é emblemático de má actuação?

Desde o princípio. Sempre teve um volume brutal de exportações. O primeiro-ministro andava aí aos gritos a dizer que já tínhamos uma bandeira tecnológica, numa empresa que tinha um único fornecedor, que era a casa-mãe, um único cliente, que era a casa-mãe...

Como viu esta participação do Estado com a nacionalização do BPN?

O BPN e o BPP são dois casos à parte. Acho que o Banco de Portugal, em determinado momento, propõe a nacionalização. É natural que se venha a chegar à conclusão que a proposta deveria ter sido mais fundamentada quanto aos previsíveis valores envolvidos. Acho que isto foi uma actuação excepcional. Custou-me bastante mais a perceber a actuação do Estado no caso do BPP.

Acha que o Governo devia ter tido uma actuação semelhante à que teve no BPN?

Eu acho é que se deixou criar, quer entre os depositantes e aforradores, quer na opinião pública, a ideia de que eram duas coisas parecidas. Tanto quanto sei, devem estar a ser tomadas nos próximos dias decisões importantes no sentido de garantir os depósitos. Espero que não se ceda à demagogia, porque tomar decisões que têm efeitos estruturantes no sistema financeiro nestes momentos de pânico não é o melhor enquadramento.

Outra questão que tem suscitado críticas nesta altura de crise é a das obras públicas...

Nós deitamos dinheiro pela janela fora. Ninguém tem dúvidas que o TGV vai ser deficitário. Não faz muito sentido que seja o Orçamento do Estado a subsidiá-lo.

Acha que a aposta nas obras públicas beneficia no imediato a construção?

Eu não sei se é sobretudo o sector da construção... Quem foi convidado a envolver-se naqueles projectos entusiasmou-se por eles, é natural que seja assim. Não tenho dúvidas, porque acompanho o uso de fundos comunitários, que a elevada condicionalidade do seu uso

que é imposta pela burocracia da Comissão Europeia faz com que o dinheiro se gaste muito pior do que se fosse atribuído ao Orçamento do Estado em pacote global.

O Governo fez destes investimentos a sua bandeira...

Vale a pena recordar que, quando o eng. Sócrates chegou, disse “não à política do betão, vamos para a tecnologia”. Passados dois anos fez uma reunião com os grandes construtores e banqueiros em S. Bento e lançaram isto tudo que era para a fase final da legislatura e da campanha eleitoral. Há outros investimentos menos pesados, desde logo na inteligência e atitude das pessoas no trabalho.

Acha que Manuela Ferreira Leite era uma boa alternativa de Governo?

Não tenho dúvida que uma atitude mais séria perante os problemas é uma componente indispensável para a solução, mas também não tenho dúvidas de que, se não houver um consenso muito alargado quanto à necessidade de mudança, não é com a actuação de um chefe de governo diferente que o problema se vai resolver. E não vai ser com uma política de bota-abaxio na Assembleia da República que se vão resolver os assuntos.

Vale a pena recordar que, quando o eng. Sócrates chegou, disse: “não à política do betão, vamos para a tecnologia”.

No BPP, é difícil perceber por que é que não se tomou uma decisão mais depressa.

PEDRO FERRAZ DA COSTA

Pres. Fórum para a Competitividade



Ferraz da Costa diz
que actuação do Estado
na Qimonda foi má
desde o início **Empresas 12**



Nuno Melo denuncia 700 eurodeputados que não sabem o que é o BPN

Nuno Melo está chocado com a falta de cultura política dos seus colegas eurodeputados. Em conversa com o IP, Melo estranhou que “mais de 700 eurodeputados desta casa não saibam o que é o BPN”. Sem conseguir esconder o espanto, o parlamentar do CDS fez mais denúncias: “Os meus colegas nunca ouviram falar do Banco Insular, não querem culpar Vítor Constâncio de nada e são incapazes de distinguir Dias Loureiro do Mantorras”. MB



editorial

A entrevista de Manuela Ferreira Leite

As vitórias dão confiança e, depois do triunfo nas eleições europeias, Manuela Ferreira Leite surgiu na entrevista de ontem com uma segurança diferente. A líder da PSD conseguiu ser bem-sucedida: criticou o Governo, vincou as principais ideias que tem defendido para o País e saiu sem gafes ou mal-entendidos que marcaram entrevistas anteriores. Pelo meio, três pontos fracos, por falta de coragem para assumir as suas ideias: evitou condenar Vítor Constâncio, mas atacou o Banco de Portugal, e fugiu como pôde às perguntas sobre Dias Loureiro e Pedro Santana Lopes.

Manuela Ferreira Leite reafirmou que não vai pedir a maioria absoluta e esforçou-se para convencer os portugueses de que, se querem tirar José Sócrates do poder, só com a concentração de votos no PSD o podem conseguir. A revelação mais surpreendente fê-la, porém, ainda antes de entrar em estúdio, quando confessou saudades da AD, mas excluiu qualquer hipótese de vir a reeditá-la com o CDS/PP de Paulo Portas, porque "os grandes protagonistas já cá não estão". No entanto, prometeu um programa eleitoral curto, até final de Julho.

Sobre os temas quentes, variou entre o silêncio e as respostas concretas. Recusou assumir que solução teria escolhido para o BPN e se trará de vez o TGV caso seja primeira-ministra. Pelo contrário, foi directa e concreta sobre as PME e a compra da TVI por parte da Portugal Telecom. No primeiro caso, acusou o Governo de só ter incentivado as empresas ao endividamento e defendeu apoios directos do Estado. Sobre a aquisição de 30% da TVI por parte da PT, acusou Sócrates de mentir ao dizer desconhecer o negócio, e classificou de "escandaloso" o cenário de José Eduardo Moniz poder vir a abandonar a TVI na sequência deste negócio. Ignorou, contudo, o caso Marcelo, que aconteceu precisamente num Governo PSD.

A alternativa menos má na Autoeuropa

Administração da Autoeuropa acordou com a Comissão de Trabalhadores um pré-acordo laboral, no qual se reduzia o pagamento do trabalho em seis sábados até ao fim do ano, o que representava uma perda de 150 euros por operário.

Em contrapartida, garantia-se a manutenção de todos os postos de trabalho, incluindo os dos 250 trabalhadores a prazo. Submetido a referendo de empresa, este pré-acordo foi chumbado por 51% dos votantes, contra 49% que concordaram com ele.

A Administração da Autoeuropa passou, assim, a um plano B: mantém à mesma todos os postos de trabalho (por saber que esse é um ponto inegociável para o conjunto dos seus trabalhadores), mas anuncia desde já um período de *lay-off* de dez dias entre Setembro e Dezembro próximos. A Comissão de Trabalhadores considera inaceitável este corte na produção e nos salários, superior ao do pré-acordo. Como este não está colocado de parte pelos gestores da unidade de Palmela, a alternativa será agora apresentada em plenário geral, em princípios de Julho. As opções parecem, assim, limitadas.

A palavra cabe agora aos operários. Que sempre souberam defender os seus interesses com inteligência e sentido do bem comum. Qualidades que devem saber manter, avaliando bem as consequências da sua decisão final. ■



ÚLTIMA HORA

Paula Nunes



Líder do PSD prometeu programa eleitoral para final de Julho, na primeira entrevista pós-europeias.

Ferreira Leite promete não aumentar impostos

Líder do PSD critica Constâncio, mas não pede a demissão do governador.

Manuela Ferreira Leite disse ontem que o governador do Banco de Portugal devia assumir “erros” na supervisão do sistema financeiro, mas recusou-se a pedir a demissão de Vítor Constâncio - “é uma questão pessoal”, limitou-se a dizer a líder do PSD. Na primeira entrevista televisiva depois da vitória nas eleições europeias, Ferreira Leite criticou o Governo por ter demorado oito meses a definir soluções para o BPP, defendeu os seus clientes e também a venda do BPN, caso “existam interessados”.

As contas públicas fizeram gran-

de parte da entrevista. A líder da oposição prometeu não aumentar impostos, mas disse que “a consolidação orçamental está pior do que quando o engenheiro Sócrates tomou conta do país”. No entanto, reconheceu que “algo foi feito” - mesmo quando atribuiu o problema ao Governo de António Guterres e reconheceu que, quando esteve no Governo de Durão Barroso, não conseguiu resolver o problema.

Para a líder do PSD, o principal problema do país neste momento é o endividamento e este Governo está a ir “no sentido errado para comba-

ter a crise”. Prova disso, diz Ferreira Leite é o facto “do desemprego não ter parado de aumentar”. A única conclusão que retira desse facto é que “é preciso mudar de políticas”.

Para que essa alteração se faça existe uma única hipótese: “Impedir que Sócrates continue à frente do poder”. Para isso, os portugueses têm que se convencer que o PS “só sairá do Governo quando o PSD tiver mais votos”. Ferreira Leite desafia, por isso, os eleitores, a “não dispersarem votos”. Já a governabilidade, disse que não é uma preocupação. ■ **D.D. e M.G.**



Entrevista Ferreira Leite promete que não aumenta impostos se ganhar eleições. — P48



EMPRESÁRIO NÃO GOSTA DE VER ATAQUES À SUPERVISÃO BANCÁRIA

Berardo salta em defesa de Constâncio

■ TEXTO ■ JOÃO NASCIMENTO
 ■ joao.c.nascimento@24horas.com.pt

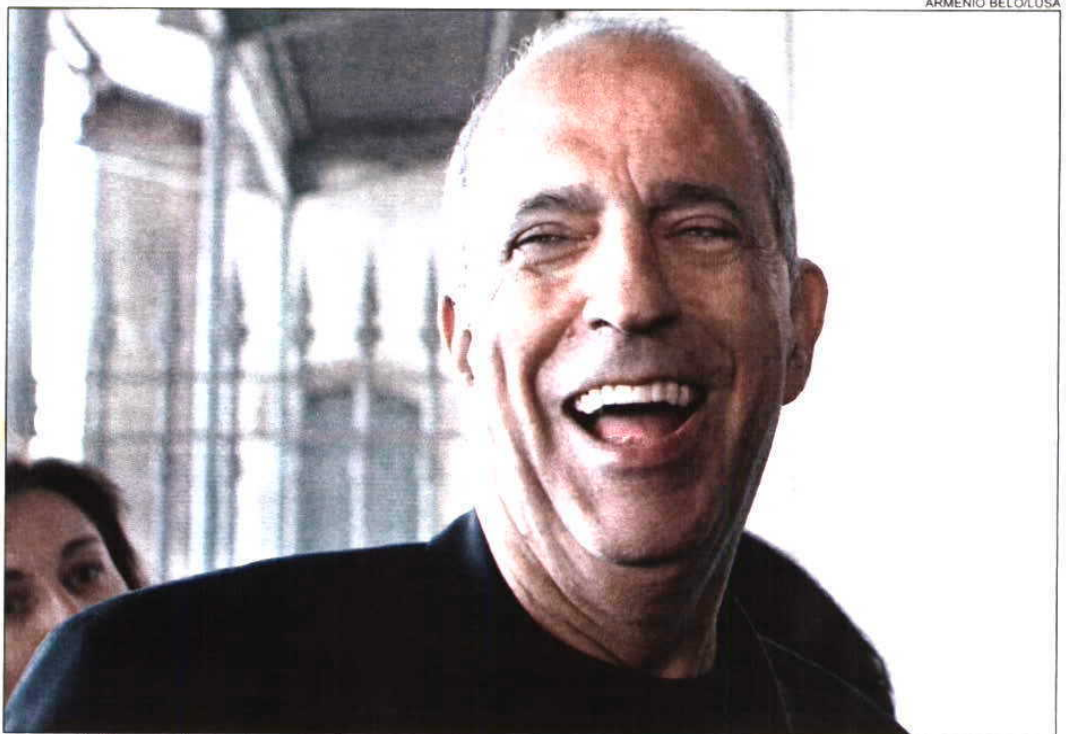
Para o empresário Joe Berardo não faz sentido o governador do Banco de Portugal (BdP), Vítor Constâncio, estar a ser abertamente criticado por eventuais falhas de regulação nos casos BPP e BPN, enquanto que aos eventuais culpados "parece não acontecer nada".

"Não há supervisor nenhum que possa impedir uma pessoa de ser desonesta. O que devia acontecer, e não acontece em Portugal, é que os culpados pelos problemas deveriam ser punidos de forma clara", continuou aquele que, ainda hoje, é um dos principais accionistas do Millennium BCP, instituição da qual detém 6,2 por cento das acções.

"O que está a contecer por exemplo no Parlamento [onde decorre uma Comissão Parlamentar sobre o caso BCP] não pode continuar. Parece que quem tem a culpa de tudo é o Banco de Portugal e isso não é verdade", salientou este homem de negócios ao *24horas*, para destacar a "dureza" como Vítor Constâncio foi tratado por alguns deputados quando chamado a prestar esclarecimentos sobre o papel do regulador no processo.

Falta de transparência

Apesar da sua brandura em relação ao Banco de Portugal, Joe Berardo assumiu que ainda hoje não percebe a razão pela qual ninguém falou com ele na altura em que revelou ter conhecimento de movimentos pouco transparentes no BPP, em 1998, já sobre administração de João Rendeiro.



ARMÉNIO BELO/LUSA

⇒ Berardo diz que não percebe porque é que nunca lhe perguntaram nada acerca do BPP

Investigação vai a tempo

Na opinião de Joe Berardo, a investigação do que aconteceu em várias instituições bancárias portuguesas, como o BPN ou o BCP, está a decorrer "em devido tempo" e não tarde, como muitos defendem. "As autoridades têm de ter é muito cuidado, porque há quem não queira que a verdade seja conhecida", salientou, ainda, o famoso empresário português.

"O BPP estava marcado há muitos anos. Em 1998 tirei de lá o meu dinheiro e fiz um anúncio de página inteira no 'Público', no qual dava conta de suspeitas. Até hoje ninguém me contactou para falar do caso", salientou Berardo. Entendendo-se por "alguém", neste caso, como o próprio empresário fez questão de referir à Lusa, o BdP e a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

Vencimento milionário

À margem de um fórum de ideias, em que ontem participou, Berardo criticou ainda o facto de haver administradores reformados

do BCP que "ganham mais" do que o presidente executivo do Royal Bank of Scotland (800 mil libras/ano – 940 mil euros). Vencimento que foi motivo de críticas do primeiro-ministro inglês, Gordon Brown, por o considerar demasiado elevado. Ao *24horas*, Joe Berardo esclareceu que se referia a Miguel Cadilhe.

"É do conhecimento público, é informação pública, que o Miguel Cadilhe, que esteve algum tempo à frente do banco, está com um vencimento anual de cerca de 10 milhões de euros. Uma situação que é inadmissível. E não falo de mais ninguém porque o caso está em investigação", disse Berardo. ▀



Sobe & Desce

MIGUEL PINHEIRO

Sobe

Manuela Ferreira Leite



Só precisou de alguns dias para transformar uma vitória eleitoral numa vitória política. Obrigou o governo a adiar o TGV e a admitir que ficou com a legitimidade diminuída. Para quem, como dizia Sócrates, "não tem jeito", não está mal.

Desce

Luís Filipe Menezes



Deu mais uma entrevista contra as elites que não o quiseram no PSD: "Preferem ter alguém que almoça ou janta com eles no Gambrinus ou no Ritz." Tem graça: quando era líder, apareceu na televisão a mostrar o seu barbeiro — era no Ritz.

Mário Lino



O ministro das Obras Públicas recuou no TGV com a mesma cara com que tinha recuado no novo aeroporto: como se não fosse nada com ele. Pelos vistos, os ministros só existem para fazer o que o primeiro-ministro manda.

Vítor Constâncio



Depois das maçadas com os deputados da comissão de inquérito ao BPN, o Provedor de Justiça veio esta semana acusar o governador do Banco de Portugal de falta de cooperação. É uma cansreira, esta coisa de ser um génio rodeado de ignorantes.


**ENTREVISTA A
FERREIRA LEITE**

PSD ■ PRESIDENTE SOCIAL-DEMOCRATA ATACOU INTERVENÇÃO DA PT NA TVI

“Não aumentarei com certeza os impostos”

■ Manuela Ferreira Leite considera que o aumento da carga fiscal não ajuda ao enriquecimento do País. TGV e Terceira Travessia do Tejo não passam se ganhar as eleições legislativas

● CRISTINA RITA* TEXTOS
VÍTOR MOTA FOTOS

A presidente do PSD afirmou ontem em entrevista à SIC que, se for eleita primeira-ministra, não aumentará impostos e se for possível até fará uma baixa da carga fiscal. Mas não se quis comprometer. O caso da TVI mereceu o ataque mais feroz de Manuela Ferreira Leite ao primeiro-ministro (mais informação nas págs. 26-27)

“Não aumentarei com certeza os impostos, porque as regras [da União Europeia] são diferentes das que vigoravam quando fui ministra das Finanças”, assegurou Manuela Ferreira Leite.

Numa entrevista em que prometeu não apresentar um programa eleitoral “calhamaço”, virado para um país “das maravilhas”, Ferreira Leite insistiu que, se ganhar eleições, vai avaliar os projectos do TGV e da Terceira Travessia do Tejo, apontando claramente, e mais uma vez, para a suspensão de ambos face ao endividamento do País, assunto a que recorreu sistematicamente. “Seria uma desgraça para o País”, prosseguiu Ferreira Leite ao analisar a estratégia do Executivo neste capítulo. Mas não foi taxativa em relação ao novo aeroporto, uma vez que “é feito por módulos”.

“O engenheiro José Sócrates usa uma fórmula, um sound-byte para assustar as pessoas em relação à minha pessoa”, afirmou a líder social-democrata quando explicou que não é contra os investimentos públicos em geral.

Procurando desmontar as diferenças, Ferreira Leite recordou a sua defesa nos investimentos de proximidade. E, no final, até reiterou o desafio para um debate televi-

Líder do PSD criticou nacionalização do BPN “em cima do joelho”



A presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite, desafiou ontem o primeiro-ministro, José Sócrates, para um debate televisivo

TEMAS

● **INVESTIMENTOS**
Manuela Ferreira Leite defendeu os investimentos de proximidade, como a reabilitação urbana e a recuperação da linha-férrea nacional.

● **COMISSÃO**
Líder do PSD referiu que a Comissão de Inquérito Parlamentar à

nacionalização do BPN fez “um trabalho muitíssimo válido”.

● **PASSOS COELHO**
Questionada sobre o seu ex-adversário Passos Coelho, Manuela respondeu: Com certeza daria um bom deputado, mas não falo sobre candidatos a deputados.

● **ESCOLAS**
Responsável aplaudiu a renovação do parque escolar por parte do Governo, mas pediu mais acesso para as PME.

● **MAIORIA**
Líder não pediu maioria absoluta. No PSD tem ganho peso governar em minoria.

sivo com o primeiro-ministro.

Sobre o caso do BPN, considerou que a sua nacionalização “foi feita um bocadinho em cima do joelho”, manifestando-se favorável à sua venda. Reconheceu ainda que a imagem do “governador do Banco de Portugal como responsável do banco saiu afectada”. Quanto ao BPP, não poupou críticas aos “oito meses de silêncio” do Executivo porque nunca o faria.

Avisou que ganhar “significa ter mais votos do que o PS” e não se comprometeu sobre cenários pós-eleitorais se vencer as eleições. Apenas declarou: “Há muito tempo que não falo com o dr. Paulo Portas.”

■ *COM.A.P.D.E.J.F.





PS | "GRANDE DESILUSÃO"

O PS considerou ontem que a entrevista da líder do PSD "foi uma grande desilusão". O porta-voz do partido, João Tiago Silveira, acusou o PSD de não apresentar propostas concretas para o País



BPN | DIAS LOUREIRO

Manuela Ferreira Leite recusou comentar a permanência do social-democrata Dias Loureiro no Conselho de Estado, após o seu envolvimento no caso BPN. "Não faço juízos de valor", disse

SÓCRATES | "NÃO CONSEGUIU"

A presidente do PSD disse à entrada da estação de Carnaxide que José Sócrates "tentou mas não conseguiu" mostrar uma nova imagem na entrevista que deu à SIC na semana passada

FRASES

“Tenho uma bela recordação da AD. Na História nada se repete e muito menos quando os protagonistas já cá não estão.

“Não entregamos os nossos filhos a qualquer pessoa e não entregamos o nosso dinheiro a qualquer instituição.

“O Governo falhou redondamente [no caso BPP]. Nunca estaria oito meses para decidir.

“Devo dizer que não sou maluquinha contra os comboios.

“Não sou contra os investimentos públicos. Vou analisar os grandes investimentos para ver quais são susceptíveis de avançar.

“Ou os anúncios são uma fantasia, ou o dinheiro está a vir não sei de onde.

MANUELA FERREIRA LEITE



Manuela Ferreira Leite e o colar

Chegar a horas nem sempre é a melhor opção

Manuela Ferreira Leite chegou quatro minutos adiantada. Eram 20h11. O suficiente para atrapalhar a SIC. Só Ricardo Costa, director adjunto do 'Expresso' e António José Teixeira, director da SIC Notícias, estavam à espera da líder do PSD. O director de Informação, Alcides Vieira, chegou tarde de mais. E Manuela Ferreira Leite ainda teve de esperar algum tempo no átrio para entrar em directo no 'Jornal da Noite'. Avançou para a sala de maquilhagem, onde esteve 13 minutos, e só às 20h48 entrou para o estúdio. Casaco cinzento, saia castanha, com o habitual colar de pérolas, Manuela Ferreira Leite não levava seguranças e um batalhão de assessores. Só o seu chefe de gabinete, Francisco Azevedo Silva. É outro estilo, outra forma de estar na política. Mas percebeu-se bem, por isto e por aquilo, que Manuela ainda é só a líder da oposição. ■ A.R.F.



Para o estúdio.

Manuela Ferreira Leite esteve 23 minutos numa sala da administração da SIC à espera de entrar no estúdio. Sempre acompanhada de três directores da estação e do seu chefe de gabinete.

PR pode decidir dia 26

Os partidos com assento parlamentar foram ontem chamados ao Palácio de Belém para esgrimir argumentos sobre a data das Eleições Legislativas, além da sua simultaneidade com as Autárquicas. Heloísa Apolónio, de 'Os Verdes', até revelou o que disse o Presidente da República: "Aquilo que ficou claro para nós é que o senhor Presidente não colocou de parte a simultaneidade, mas também não nos pareceu que tivesse posto de parte a não simultaneidade [das eleições]."

Cavaco Silva e o primeiro-ministro só se devem reunir amanhã, embora a agenda não esteja fechada.

A questão que se coloca é, independentemente da inclinação do Chefe de Estado, só o PSD defender eleições Legislativas e Autárquicas no mesmo dia. A líder do PSD, Manuela Ferreira Leite, apelou à ponderação dos outros partidos, considerando que "ninguém está a pôr em causa a Democracia" por defender duas eleições no mesmo dia.



O Chefe de Estado, Cavaco Silva, recebeu Almeida Santos, do PS

Tanto o BE como o CDS-PP apontaram a data de 27 de Setembro. Francisco Louçã, do BE, procurou contrariar o argumento de poupança de gastos com eleições em simultâneo, uma vez que corresponde "ao que se gasta nas iluminações de Natal na Avenida da Liberdade".

O PS, pela voz de Almeida Santos, voltou a defender que as Legis-

lativas e as Autárquicas deverão realizar-se em datas diferentes, relativizando os custos acrescidos porque "a Democracia é importante de mais". O presidente do PS disse que Cavaco deu o sinal sobre o que pretendia fazer, mas não o revelou. O Governo convoca primeiro as Autárquicas e a data de 11 de Outubro é a mais provável. ■



SLN Valor quer resolver reembolso até sexta-feira

Sociedade já deu instruções para pagamento de juros e 10% do capital da emissão de papel comercial

**MARIA JOÃO BABO
PEDRO FERREIRA ESTEVES**

A SLN Valor pretende assegurar, até sexta-feira, o financiamento necessário para reembolsar os subscritores das emissões de papel comercial, no total de 150 milhões de euros. A primeira emissão, de 50 milhões de euros, venceu-se na passada sexta-feira, sem que houvesse então lugar ao reembolso.

Ontem mesmo, a SLN Valor deu instruções ao BPN para fazer o pagamento dos juros e de 10% do capital desta emissão de papel comercial, utilizando para isso o depósito de 27,6 milhões de euros que constituiu no banco.

As negociações para a contratação de um empréstimo junto do BPN, que estiveram em risco de fracassar, ainda estão em aberto. Mas na eventualidade de não chegar a acordo com a instituição bancária

nacionalizada em Novembro passado – que tinha vendido na sua rede de balcões estes produtos e que beneficiou há um ano da colocação desta emissão –, a maior accionista da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) está em conversações com outra instituição financeira.

O montante depositado pela SLN Valor no BPN destinava-se a garantir uma operação de financiamento para o pagamento integral do programa de papel comercial. Para além deste depósito, a SLN Valor terá oferecido à instituição financeira, nesta negociação, garantias “com valor muito superior a todas as suas responsabilidades”, refere a entidade em comunicado. O empréstimo pedido ao BPN era de pouco mais de 130 milhões de euros, tendo em conta que dos 150 milhões de capital a reembolsar, acrescidos de juros, a sociedade tem mais de 27 milhões depositados.

No total, a SLN Valor considera ter oferecido garantias no valor de 350 milhões de euros. Entre elas, e além do depósito bancário, as garantias apresentadas incluíam os 55% que controla na OPI, uma sociedade que detém um investimento em activos imobiliários em várias regiões do País, participação que a sociedade considera valer mais de 200 milhões. Também a dívida de 70 milhões de euros que a SLN tem para com a SLN Valor, que seria transformada em capital, foi outra das garantias apresentadas.

O montante coberto por essas garantias é que estará na origem das dificuldades até agora sentidas para a obtenção de um acordo entre a sociedade e o banco. A SLN Valor diz estar a tentar resolver o mais depressa possível a situação, dando como garantia todo o património que tem.

A tranche da emissão de papel



O BPN, liderado por Francisco Bandeira, não tinha ontem chegado a acordo com a SLN Valor.

comercial que venceu sexta-feira passada, de 50 milhões de euros, foi emitida há dois anos, ainda José de Oliveira Costa estava à frente do grupo. Em Outubro do ano passado, e no âmbito da “Operação Cabaz”, lançada pelo então presidente do grupo Miguel Cadilhe e que conjugava um aumento do capital social – de 300 milhões em três fases, tendo apenas sido concretizada a primeira – e uma venda de acções próprias da SLN, foi feita nova emissão de 100 milhões de euros, a qual se vence no início do próximo mês de Agosto.

A SLN Valor oferece, nesta negociação, garantias de penhor com valor muito superior a todas as suas responsabilidades.

COMUNICADO DA SLN VALOR



BANCA

Supervisor devia ter experiência na concessão e recuperação de crédito

Banco central terá de ter pessoas experientes nos mecanismos reais de mercado

HELENA GARRIDO

helenagarrido@negocios.pt

Uma das lições a retirar do que se passou no Banco Português de Negócios (BPN) e do inquérito parlamentar à sua nacionalização é que os técnicos de supervisão do Banco de Portugal têm de estar "mais dentro dos mecanismos reais do mercado", afirma João Salgueiro, presidente da Associação Portuguesa de Bancos (APB), função que vai deixar de exercer em breve.

"Os supervisores deviam ter experiência na concessão e recuperação de crédito", reafirma João Salgueiro. O conhecimento do negócio bancário permitiria concluir, salienta, que a prática de algumas taxas de juro não era possível. O BPN, que oferecia das melhores taxas de depósito do sistema bancário português, foi nacionalizado a 2 de Novembro por dificuldades de liquidez e está no centro de um inquérito parlamentar.

João Salgueiro considera que a comissão parlamentar de inquérito à nacionalização do BPN "tem uma componente de linchamento político de Vítor Constâncio". Acrescenta que o governador foi "imprudente" quando se envolveu no levantamento das contas públicas. Sendo uma realidade que depois de o ter feito com o governo PSD não o poderia negar ao PS, há uma diferença substancial, afirma Salgueiro, já que se num caso, com Durão Barroso, avaliou "o que se passou" com as contas do Estado, com José Sócrates o exercício foi sobre o "que se iria passar".

A comissão de inquérito, diz ainda, revelou desconhecimento sobre o funcionamento da supervisão bancária.

Mais poderes para os supervisores

Para João Salgueiro, que tem uma longa carreira no sector financeiro, as novas regras de supervisão deveriam, pelo menos, "disciplinar as agências de avaliação de risco (rating) e dar mais poderes aos supervisores". A supervisão, salienta, perdeu poderes para os auditores. Além disso, defende, deve reorientar-se todo o sistema económico mais para a criação de riqueza e menos para a especulação, embora confesse que não é fácil encontrar uma solução para este problema.

O presidente da APB, que em breve deixará estas funções, considera que o sector financeiro deve estar atento à diferença "entre o que combina nas reuniões internacionais e aquilo que se acaba por fazer". O passado, nomeadamente no que

No inquérito parlamentar ao BPN houve uma componente de linchamento político [de Vítor Constâncio].

JOÃO SALGUEIRO

Presidente da APB

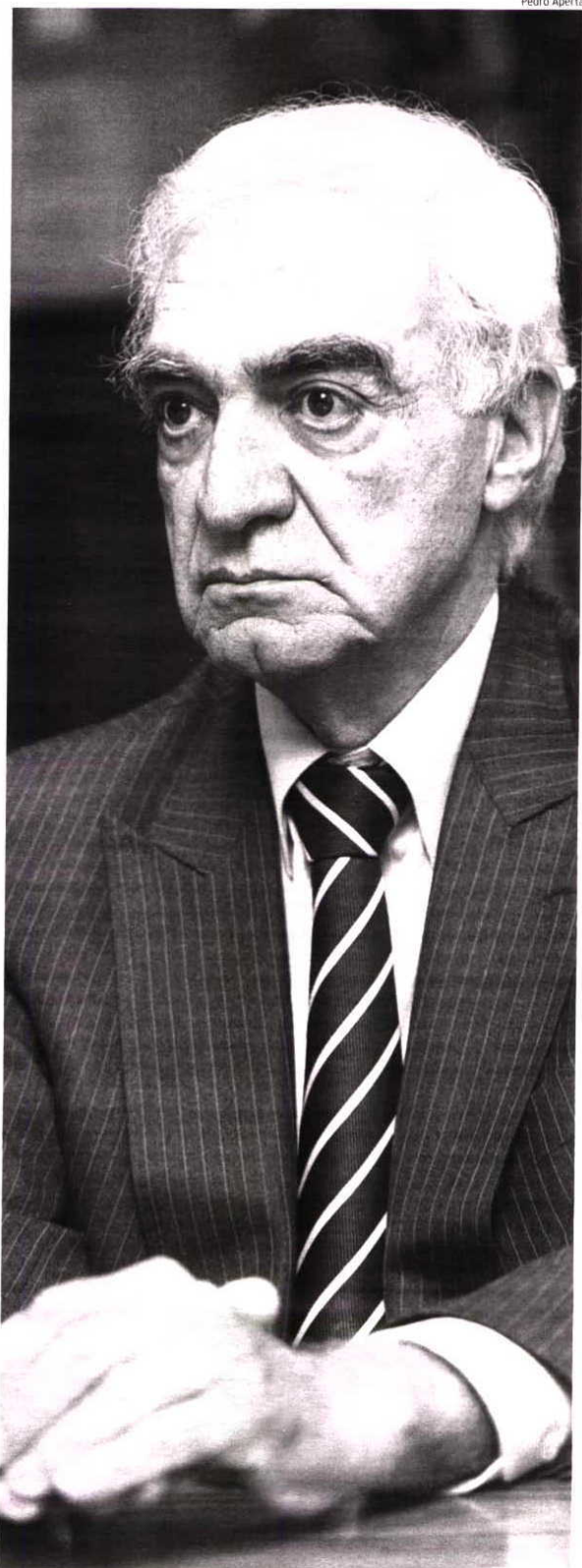
"Maioria absoluta é, neste momento, pouco provável"

➤ "Daqui até às eleições (legislativas), cada semana vai contar" para o resultado final, considera João Salgueiro, ex-

ministro das Finanças e com funções na Associação Portuguesa de Bancos (APB). Na sua opinião, "neste momento, o mais provável é não haver maioria absoluta". Num quadro sem a maioria parlamentar, a solução que se coloca é, diz, "a realização de novas eleições daqui a um ano e meio". Da avaliação genérica que fez a estes últimos quatro anos, João Salgueiro considerou que um dos problemas foi a criação de "conflitos com o grupo que é parte da solução". Um dos exemplos que lembrou foi o caso da Justiça em que o Governo entrou em conflito com os juizes por causa das férias judiciais. "Temos um problema na Justiça mas não são as férias". Recordou a sua experiência como ministro quando se encerraram direcções-gerais sem qualquer conflito.

diz respeito à aplicação de Basileia II, revelou que os americanos acabam por concretizar menos do que aquilo que concordam em fazer.

Na Europa, antecipa um "conflito entre os órgãos de supervisão nacionais e europeus". Com a União Europeia orientada para a supervisão dos "bancos sistemicamente relevantes" - que, pela sua dimensão, Portugal não tem - é possível assistir-se a discriminações nos apoios quer por parte do Banco Central Europeu, quer no que diz respeito à aprovação de ajudas de Estado por parte da Comissão Europeia.



Pedro Aperta

João Salgueiro | O presidente da APB vai deixar em breve estas funções.